Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019

KPDS 630148

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas **3**

Balanços patrimoniais **7**

Demonstrações dos resultados **8**

Demonstrações dos resultados abrangentes **9**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **10**

Demonstrações dos fluxos de caixa **11**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas **12**

KPMG Auditores Independentes
Av. Engº Domingos Ferreira, 2.589 - Sala 104
51020-031 - Boa Viagem - Recife/PE - Brasil
Telefone +55 (81) 3414-7950
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL
Recife - PE

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eletricidade do Brasil S.A. – EBRASIL ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva" as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Eletricidade do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 apresenta na rubrica Impostos a recuperar, no ativo não circulante, o montante de R$ 50.858 mil (R$ 50.858 mil em 2018) referente a recebível oriundo de diferimento de ICMS substituição tributária do Estado de Pernambuco sobre compra de óleo diesel a ser repassado por um fornecedor à controlada Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA, mensurado ao custo da transação. De acordo com o CPC 48 – Instrumentos financeiros, esse recebível se caracteriza como um instrumento financeiro que, pelo fato de os fluxos de caixa decorrentes do recebimento deste recebível não atender à definição de representarem exclusivamente principal e juros, deveria ser mensurado ao seu valor justo. Se o valor justo tivesse sido mensurado, certos elementos das demonstrações financeiras consolidadas, bem como o valor do investimento e o resultado da equivalência patrimonial do exercício nas demonstrações financeiras individuais, poderiam ser afetados de forma relevante.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Os efeitos desse assunto sobre as demonstrações financeiras indiiduais e consolidadas do exercício corrente e valores correspondentes não foram determinados.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", não existem outros principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 30 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC PE-000904/F-7

Raniery Borges Marques
Contador CRC 1SP217700/O-3

Eletrecidade do Brasil S.A. - Ebrasil

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	22.519	10	107.962	40.438
Contas a receber	9	-	-	22.583	61.401
Estoques	10	-	-	19.764	19.781
Impostos a recuperar	11	2.326	1.692	5.006	4.314
Outros créditos	12	4.598	3.915	9.677	20.230
Total do ativo circulante		**29.443**	**5.617**	**164.992**	**146.164**
Não circulante					
Outras contas a receber	12	220	-	11.578	10.067
Impostos a recuperar	11	-	-	58.426	55.901
Partes relacionadas - mútuos a receber	24	1.510	1.810	1.419	1.908
Investimentos	13	1.142.732	980.176	1.039.211	830.272
Imobilizado	14	-	-	147.544	160.675
Intangível		-	-	33	68
Diferido		-	-	-	971
Total do ativo não circulante		**1.144.462**	**981.986**	**1.258.212**	**1.059.861**
Total do ativo		**1.173.905**	**987.603**	**1.423.204**	**1.206.025**

		Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**Nota**	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Circulante					
Fornecedores	15	20	27	9.057	11.452
Empréstimos e financiamentos	16	6.058	76.291	6.058	76.291
Debêntures	17	56.124	11.840	69.733	25.553
Impostos correntes e obrigações tributárias	18	15	2	6.121	5.915
Obrigações estimadas		-	-	21	-
Taxas regulamentares	19	-	-	11.706	10.910
Partes relacionadas - mútuos a pagar	24	199	507	199	507
Dividendos a pagar		887	887	887	887
Outras contas a pagar	20	-	-	2.527	12.926
Total do passivo circulante		**63.303**	**89.554**	**106.309**	**144.441**
Não circulante					
Debêntures	17	194.444	40.000	238.291	97.000
Partes relacionadas - mútuos a pagar	24	-	-	1.550	2.002
Provisão para contingência	21	-	-	1.048	1.048
Taxas regulamentares	19	-	-	9.808	9.239
Impostos diferidos	22	-	-	26.201	19.488
Total do passivo não circulante		**194.444**	**40.000**	**276.898**	**128.777**
Patrimônio líquido	23				
Capital social		120.590	120.590	120.590	120.590
Adiantamento para futuro aumento de capital		385.488	385.488	385.488	385.488
Reserva de capital		82.512	82.512	82.512	82.512
Reserva de lucros		327.568	269.459	327.568	269.459
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		**916.158**	**858.049**	**916.158**	**858.049**
Participação de não controladores		-	-	123.839	74.758
Total do patrimônio líquido		**916.158**	**858.049**	**1.039.997**	**932.807**
Total do passivo e patrimônio Líquido		**1.173.905**	**987.603**	**1.423.204**	**1.206.025**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eletrecidade do Brasil S.A. - Ebrasil

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Receita operacional líquida	25	-	-	167.728	185.705
Custo dos produtos vendidos	26	-	-	(66.835)	(100.627)
Lucro bruto		**-**	**-**	**100.893**	**85.078**
(Despesas) receitas operacionais					
Gerais e administrativas	27	(1.885)	(2.397)	(17.330)	(10.309)
Outros receitas	28	-	-	183	1.879
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(1.885)**	**(2.397)**	**83.746**	**76.648**
Receitas financeiras	29	1.790	4.114	5.934	6.572
Despesas financeiras	29	(14.058)	(11.741)	(21.690)	(20.416)
Despesas financeiras líquidas	29	**(12.268)**	**(7.627)**	**(15.756)**	**(13.844)**
Resultado antes da equivalência patrimonial e impostos		**(14.153)**	**(10.024)**	**67.990**	**62.804**
Resultado de equivalência patrimonial	13	117.101	121.012	58.222	68.035
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**102.948**	**110.988**	**126.212**	**130.839**
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes		-	-	(23.761)	(18.889)
Diferidos		-	-	(3.239)	(5.588)
Incentivo fiscal SUDENE		-	-	14.847	12.542
Lucro líquido do exercício		**102.948**	**110.988**	**114.059**	**118.904**
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		102.948	110.988	102.948	110.988
Acionistas não controladores		**-**	**-**	11.111	7.915
Lucro líquido do exercício		**102.948**	**110.988**	**114.059**	**118.903**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eletrecidade do Brasil S.A. - Ebrasil

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Lucro líquido do exercício	**102.948**	**110.988**	**114.059**	**118.904**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	**102.948**	**110.988**	**114.059**	**118.904**
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	102.948	110.988	102.948	110.988
Acionistas não controladores	-	-	11.111	7.915
Resultado abrangente total	**102.948**	**110.988**	**114.059**	**118.903**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eletrecidade do Brasil S.A. - Ebrasil

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de capital	Reserva de lucros			Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
					Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados			
Saldos em 31 de dezembro de 2017		**120.590**	**200.520**	**82.512**	**17.496**	**243.820**	**-**	**664.938**	**44.728**	**709.666**
Aporte de capital	23		184.968					184.968		184.968
Lucro líquido do exercício							110.988	110.988	7.915	118.903
Efeito do ajuste da participação dos não controladores									22.115	22.115
Destinações:										
Constituição de reserva legal	23				5.550		(5.550)	-		-
Dividendo mínimo obrigatório	23						(26.360)	(26.360)		(26.360)
Dividendo pago	23						(76.485)	(76.485)		(76.485)
Constituição da reserva de retenção de lucros	23					2.593	(2.593)	-		-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		**120.590**	**385.488**	**82.512**	**23.046**	**246.413**	**-**	**858.049**	**74.758**	**932.807**
Lucro líquido do exercício							102.948	102.948	11.111	114.059
Efeito do ajuste da participação dos não controladores									37.970	37.970
Destinações:										
Constituição de reserva legal	23				1.072		(1.072)	-		-
Dividendo mínimo obrigatório	23						(25.469)	(25.469)		(25.469)
Dividendo pago	23						(19.370)	(19.370)		(19.370)
Constituição da reserva de retenção de lucros	23					57.037	(57.037)	-		-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**120.590**	**385.488**	**82.512**	**24.118**	**303.450**	**-**	**916.158**	**123.839**	**1.039.997**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eletrecidade do Brasil S.A. - Ebrasil

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	102.948	110.988	114.059	118.903
Ajustes por:				
Provisão para contingência	-	-	-	(6.911)
Equivalência patrimonial	(117.101)	(121.012)	(58.222)	(68.035)
Baixa de ágio de investimento	-	19	-	-
Resultado na baixa de ativo imobilizado	-	-	102	1.595
Participação de não controladores	-	-	11.111	7.915
Depreciação e amortização	-	-	12.409	15.969
Impostos correntes	-	-	8.914	6.347
Impostos diferidos	-	-	3.239	3.238
Redução no ativo diferido	-	-	971	2.332
Juros provisionados emprestimos	2.918	3.294	2.918	-
Juros provisionados debêntures	7.642	4.103	13.694	7.409
	(3.593)	**(2.608)**	**109.195**	**88.762**
Variação nos ativos e passivos				
(Aumento) redução em contas a receber de clientes	-	-	38.818	(36.451)
(Aumento) dos impostos a recuperar	(961)	(1.130)	(3.217)	497
(Aumento) em estoques	-	-	17	(1.043)
Redução (aumento) em outros ativos	(683)	(29)	9.042	(12.780)
(Redução) aumento em fornecedores	(7)	24	(2.395)	43
(Redução) aumento em impostos e contribuições, líquido	13	(3)	(2.983)	2.340
(Redução) aumento em outros passivos	-	2	(4.996)	19.836
Caixa originado das (aplicado nas) atividades operacionais	**(5.231)**	**(3.744)**	**143.481**	**61.204**
Juros de empréstimos bancários	(2.926)	(2.029)	(2.926)	(2.035)
Juros debêntures	(8.013)	(2.263)	(15.069)	(5.447)
Impostos pagos	-	-	(3.189)	-
Fluxo de caixa líquido (utilizados nas) proveniente das atividades operacionais	**(16.170)**	**(8.036)**	**122.297**	**53.722**
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos				
Adições de investimento	(174.822)	(279.410)	(195.250)	(310.485)
Dividendos de investidas avaliados por equivalência patrimonial	128.574	109.471	68.021	74.705
Recurso proveniente de alienação do imobilizado	-	-	772	2
Dividendos pagos a acionistas	-	-	-	5.919
Adições de imobilizado	-	-	(278)	(4.839)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	**(46.248)**	**(169.939)**	**(126.735)**	**(234.698)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Contratação de empréstimos e financiamentos	-	100.000	-	100.000
Captação de debêntures	250.000	60.000	250.000	-
Aporte de capital	-	184.968	-	184.968
Empréstimos disponibilizados partes relacionadas	(308)	(19.917)	(308)	(20.502)
Recebimento de empréstimo de partes relacionadas	300	-	489	525
Amortizaçaõ do valor principal debêntures	(50.000)	(10.000)	(63.154)	(13.512)
Amortização do principal dos empréstimos bancários	(70.226)	(55.000)	(70.226)	(38)
Pagamento de dividendos	(44.839)	(102.846)	(44.839)	(102.846)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**84.927**	**157.205**	**71.962**	**148.595**
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**22.509**	**(20.770)**	**67.524**	**(32.381)**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	10	20.780	40.438	72.819
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	22.519	10	107.962	40.438
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**22.509**	**(20.770)**	**67.524**	**(32.381)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Eletricidade do Brasil S.A. (“EBRASIL” ou “Companhia”) é uma Sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede em Recife - Pernambuco. A EBRASIL foi constituída em 14 de outubro de 2008, com o objetivo de participar em outras Companhias, comercializar energia e na gestão de empreendimentos. As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como ‘Grupo’).

A Companhia é uma controlada integral da DC Energia e Participações S.A. (“DC Energia”).

1.1 Relação de entidades controladas e coligadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia possuía participações societárias em controladas e coligadas conforme relacionado abaixo:

		Participação acionária	
Investidas diretas	**País**	**2019**	**2018**
EBrasil Energia Ltda. ("EBE")	Brasil	89,50%	89,50%
EBrasil Gás e Energia S.A. (“EGAS”)	Brasil	99,99%	99,99%
Centrais Elétrica de Pernambuco S.A. (“EPESA”)	Brasil	83,60%	83,60%
EBrasil Norte Geração de Energia Ltda. (“ENORTE”)	Brasil	99,99%	99,99%
Termocabo S.A. (“Termocabo”)	Brasil	24,00%	24,00%
Investidas indiretas			
Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A. ("CELSEPAR")	Brasil	50,00%	50,00%
Centrais Elétricas de Barra dos Coqueiros S.A. (Em fase pré-operacional) ("CEBARRA")	Brasil	25,00%	25,00%
Centrais Elétricas de Sergipe S.A. (Em fase pré-operacional) ("CELSE")	Brasil	100,00%	100,00%
Centrais Elétricas da Paraíba S.A. ("EPASA")	Brasil	41,66%	41,66%

a. *Investidas diretas*

(i) Controladas

- ***Centrais Elétrica de Pernambuco S.A. (“EPESA”)***

A EPESA é uma Companhia anônima de capital fechado que implementou e opera duas centrais geradores termelétricas denominadas Pau Ferro I e Termomanaus, com potência instalada de 94,05 MWh e 142,65 MWh, respectivamente. As autorizações são provenientes do leilão promovido pela ANEEL em 29 de junho de 2006. Os contratos de comercialização de energia no ambiente regulado são pelo prazo de 15 anos a partir de 1º de janeiro de 2009. A EPESA entrou em operação comercial em junho de 2009. No exercício de 2016, a geração de energia da EPESA foi de 120.947,16 MW/h (771.908,4700 MW/h). A redução da geração vem correndo desde agosto de 2015 em função da ordem de desligamento das UTEs com CVU acima de R$ 600,00, estando a EPESA inserida neste rol. Nos exercícios de 2018 e 2017, a Companhia apresentou 70.255,44 MW/hr e 114.939,11 MW/hr , respectivamente, em termos de comportamento de geração de energia líquida por despacho da ANEEL. As informações referente aos MWh consumidos não foram auditados.

- ***EBrasil Energia Ltda. ("EBE")***
  A EBE é uma Empresa limitada com sede em Recife-PE que está devidamente autorizada a atuar no âmbito do Mercado Livre de Energia Elétrica, mediante despacho ANEEL n° 4.713 de 17 de dezembro de 2009 e deliberação do Conselho de Administração da CCEE em sua 445ª reunião de 22 de dezembro de 2009. A EBE possui participação acionária na de 50% na CELSEPAR - Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A, que por sua vez possui 100% de participação acionária na CELSE – Centrais Elétricas de Sergipe S.A. Em 4 de novembro de 2016 a EBE passou a ter participação societária de 25% das ações da CEBARRA - Centrais Elétricas de Barra dos Coqueiros.

  - ***Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A. ("CELSEPAR")***
    A CELSEPAR é uma Sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, constituída em 11 de dezembro de 2017. O endereço do escritório, atual sede da Empresa, é na Av. das Nações Unidas, nº 12.399, Brooklin Paulista, São Paulo - SP e tem por objeto a participação em outras sociedades como quotista ou acionista. Em 16 de março de 2018, a CELSEPAR adquiriu 100% de participação societária na CELSE - Centrais Elétricas de Sergipe S.A..

    - ***Centrais Elétricas de Sergipe S.A. (Em fase pré-operacional) ("CELSE")***
      A CELSE tem por objeto (i) a geração e comercialização de energia elétrica através daimplantação e exploração da UTE Porto de Sergipe I; (ii) a implantação de unidades geradoras de energia termelétrica, a partir do gás natural combustível, a ser operada pela Sociedade, por coligadas ou por terceiros; (iii) a produção e comercialização de vapor, água quente, água gelada/refrigeração (energia térmica) e energia elétrica através de termo-geração, geração distribuída, co-geração ou qualquer outro processo ou tecnologia, a partir de quaisquer fontes.

  - ***Centrais Elétricas de Barra dos Coqueiros S.A. (Em fase pré-operacional) ("CEBARRA")***
    A CEBARRA tem por objeto (i) a geração e comercialização de energia elétrica; (ii) a implantação de unidades geradoras de energia termelétrica, a partir do gás natural combustível, a ser operada pela Sociedade, por coligadas ou por terceiros; (iii) a produção e comercialização de vapor, água quente, água gelada/refrigeração (energia térmica) e energia elétrica através de termo-geração, geração distribuída, co-geração ou qualquer outro processo ou tecnologia, a partir de quaisquer fontes energéticas; (iv) a importação, exportação, vaporização e comercialização no mercado interno de Gás Natural Liquefeito e de Gás Natural; e (v) a participação em outras sociedades como quotista ou acionista.

- ***EBrasil Norte Geração de Energia Ltda. ("ENORTE")***
  A ENORTE é uma Empresa limitada com sede em Iranduba - Amazonas, constituída em 13 de maio de 2010 para atender ao contrato firmado com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (controlada da Eletrobrás S.A). O objeto deste contrato era a locação de grupos geradores de energia elétrica e seus sistemas auxiliares e associados e os serviços de operação e manutenção da Usina para uma potência contratada de 50 MW e com o 5º aditivo contratual a potência instalada foi reduzida para 25MW. A Administração tinha como estimativa ingressos de recursos na ordem de R$ 14 milhões/ano, e eventual necessidade adicional de caixa seria suportada por seus controladores. Em 2019 e 2018, a participação em leilões não logrou êxito e a Empresa permaneceu locando seus equipamentos no decurso do ano, bem como inserido no mercado de energia para participação de novos leilões. Em 2019, a empresa avaliará a continuidade de seus negócios.

- ***EBrasil Gás e Energia S.A. ("EGAS")***
  A EGÁS é uma Companhia anônima com sede em Cabedelo, Estado na Paraíba, capital fechado, que tem por objetivo construir, implantar e operar usinas termoelétricas abastecidas a Gás Natural, bem como importação, exportação e comercialização no mercado interno de Gás Natural Liquefeito (GNL) e Gás natural Comprimido (GNC). Em 2018 teve sua constituição societária alterada para *holding*, passando a deter 41,66% das ações da EPASA – Centrais Elétricas da Paraíba S.A.

  - ***Centrais Elétricas da Paraíba S.A. ("EPASA")***
    A EPASA é uma sociedade anônima de capital fechado que implementou e opera duas centrais geradores termelétricas denominadas Termonordeste e Termoparaíba, ambas movidas a óleo combustível e com potência instalada de 170,80 MWh cada. As autorizações são provenientes do leilão promovido pela ANEEL em 9 de julho de 2007. Os contratos de comercialização de energia no ambiente regulado são pelo prazo de 15 anos a partir de 1º de janeiro de 2010. As Usinas entraram em operação comercial em 24 de dezembro de 2010 e 13 de janeiro de 2011, respectivamente.

(ii) Coligada

- ***Termocabo S.A. ("Termocabo")***
  A Termocabo é uma Companhia anônima de capital fechado com sede no Rio de Janeiro-RJ e uma usina termelétrica localizada em Cabo de Santo Agostinho - PE. Foi constituída em 22 de agosto de 2001 e iniciou suas operações em setembro de 2002, com capacidade geradora de 48 MW para atender ao contrato firmado com a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (CBEE), cujo término ocorreu em dezembro de 2005 junto com o fim do Programa Emergencial do Governo Federal. A Usina participou e venceu um leilão em julho de 2007 e possui contratos de comercialização de energia no ambiente regulado ("CCEAR") pelo prazo de 15 anos a partir de 1º de janeiro de 2010.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

O Grupo também se utiliza, de forma espontânea e não obrigatória, das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ocorreu na reunião do Conselho de Administração de 30 de março de 2020.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 7.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do Grupo no qual o CPC 06 (R2) – Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 5.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo. Todas as informações financeiras foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 13**- equivalência patrimonial em investidas: determinação se o Grupo tem influência significativa sobre uma investida;

- **Nota explicativa 7(a)**- consolidação: determinação se o Grupo detém de fato controle sobre uma investida;

(b) Incerteza sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 11**- reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;

- **Nota explicativa 14**- teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizado e intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento; e

- **Nota explicativa 21**- reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, do Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo e suas investidas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo, se houver, no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Quando disponível, do Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, do Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, do Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se do Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 31– Instrumentos Financeiros.

5 Mudança nas principais políticas contábeis

O Grupo aplicou aplicou inicialmente o CPC 06 (R2) - Operações Arrendamento Mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

(a) CPC 06 (R2) – Operações Arrendamento Mercantil

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários, o CPC 06 (R2) eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo nos quais todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento.

Com a adoção do CPC 06 (R2), o Grupo deixa de reconhecer custos e despesas operacionais oriundas de contratos de arrendamento mercantis operacionais e passa a reconhecer em sua demonstração de resultado: (i) os efeitos da depreciação dos direitos de uso dos ativos arrendados; e (ii) a despesa financeira apuradas com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento mercantil

O arrendatário pode decidir não aplicar os requisitos da norma para arrendamentos de ativos subjacentes de baixo valor e arrendamentos de curto prazo.

No período findo em 31 de dezembro de 2019, o Grupo adotou a isenção no reconhecimento de arrendamentos de curto prazo e de ativos subjacentes de baixo valor, sendo os pagamentos de arrendamento associados a esses contratos reconhecidos como despesa do exercício ao longo do prazo do contrato. Dessa forma a Administração concluiu que não existem impacto nas demonstrações financeiras decorrentes dessa norma contábil com base nas características dos contratos do Grupo.

Como arrendador

A controlada ENORTE arrenda alguns ativos como geradores, O Grupo classificou esses arrendamentos como operacionais. O Grupo não é requerido a fazer ajustes na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16 para arrendamentos nos quais atua como arrendador, exceto para um subarrendamento que não aplica-se a controlada.

(b) ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

O ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro.

Quando há incerteza sobre tratamentos de tributos sobre o lucro, esta Interpretação trata:

- Se a entidade deve considerar tratamentos fiscais incertos separadamente;

- As premissas que a entidade deve elaborar sobre o exame de tratamentos fiscais por autoridades fiscais;

- Como a entidade deve determinar lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais; e

- Como a entidade deve considerar mudanças em fatos e circunstâncias.

Não foram identificados impactos na adoção do ICPC 22.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo e, quando aplicável, ajustadas ao valor justo.

7 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas em detalhes abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Base para consolidação

(i) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou quando tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de influenciar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iv) Investimentos em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial e compreendem suas participações em coligadas e controladas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle suas políticas financeiras e operacionais.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(v) Critérios de consolidação

A consolidação foi elaborada de acordo com o CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os principais procedimentos de consolidação são: soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil; eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas; eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas; e destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre Companhias, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre as Companhias, são eliminados na preparação das informações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Companhia investida registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação na Companhia.

b. Receita operacional

As receitas são reconhecidas no resultado do exercício pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de energia elétrica. A receita é apresentada líquida dos tributos sobre vendas, devoluções, abatimentos e descontos. A receita operacional é reconhecida quando do Grupo satisfaz a obrigação da prestação de serviços prometida ao cliente. O Grupo reconhece suas receitas, em conformidade com o CPC 47.

A receita proveniente da venda da energia gerada é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. Possui também uma receita de disponibilidade que representa uma remuneração anual para cada UTE para fazer frente aos custos de operação e manutenção. De forma geral, as receitas decorrem de contratos de fornecimento de energia elétrica, sendo parcela mensal fixada em contrato e variável, cujo valor é definido mensalmente no momento do reconhecimento, de acordo com a demanda requerida pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita variável pela venda de energia elétrica é reconhecida por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente.

(i) Receita Energia Elétrica no Ambiente de Comercialização Livre

Na operação de contratação em ambiente livre, o Grupo tem o direito de reconhecer a receita de venda de energia pelo valor do MWh. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica tanto no mercado regulado como também no mercado livre.

c. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Plano de saúde médico, ajuda educacional e participação nos resultados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas ou custos conforme o serviço relacionado seja cobrado. O Grupo não possui acordos de pagamentos baseados em ações, planos de contribuição definida, planos de benefício definidos ou qualquer outro benefício de longo prazo a empregados.

d. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais decorrentes de incentivos fiscais são registradas no resultado do período, como redução do imposto apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07(R1). Incentivos governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao valor justo ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

A controlada EPASA possui o benefício do lucro da exploração que é um benefício fiscal regional que tem por objetivo incentivar as operações de Companhias localizadas na região das extintas Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) por meio da redução/isenção do Imposto de Renda de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto de Renda e Adicionais não Restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, de acordo com a atividade da EPASA.

e. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre variações no valor justo de ativos financeiros e ganhos em aplicações financeiras e empréstimos a partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado “pro rata” dia com base no método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos a partes relacionadas, financiamentos e debêntures. Custos que não são atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anualmente para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada anualmente a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes são deduzidos na determinação do custo de aquisição. Quando os estoques são aplicados no processo de geração de energia, o custo médio desses itens é reconhecido como custo do período em que a respectiva receita é reconhecida.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo fretes e demais encargos financeiros capitalizáveis, deduzidos de depreciação acumulada, do crédito de PIS e COFINS e perdas na redução do valor recuperável (impairment), se aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos por terceiros contratados pela próprio Grupo inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condição necessária para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Reposição de ativos

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Grupo e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iv) Depreciação

Os métodos de depreciação e as vidas úteis das controladas e coligadas são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel as quais são revisadas periodicamente e aceitas pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis dos itens do imobilizado em construção serão determinadas à medida que a construção for finalizada e o início das operações seja definido.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes (em anos):

	Anos
Máquinas e equipamentos - Grupos geradores e sistema de tancagem (Aneel)	30
Máquinas e equipamentos – Outros	10
Instalações industriais	10
Móveis e utensílios	10
Equipamentos eletrônicos	5
Veículos	5
Construções	25

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que o Grupo irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

i. Intangível

Reconhecimento e mensuração

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, direito de exploração de concessões e softwares. São mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é reconhecida no resultado.

Os métodos de amortização e as vidas úteis são revistos a cada data de balanço e ajustadas caso seja apropriado. O prazos estimados de amortização do intangível estão entre 5 e 10 anos.

j. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados.

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – valor justo por meio de outros resultados abrangentes - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR – valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio
O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros
Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros

Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas
Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros
O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros
O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

k. Capital social

Ações ordinárias
Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente, aos titulares de ações ordinárias e cada ação dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias dos Acionistas.

l. Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Ativos financeiros não-derivativos

O CPC 48 exige que o Grupo registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida.

Na avaliação do modelo de perdas em crédito esperadas, o Grupo levou em consideração seu procedimento atual de provisão para perdas com devedores duvidosos, estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área da atuação dao Grupo.

O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, o Grupo utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando o Grupo considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

Ativos não financeiros

Quando aplicável, os ativos não financeiros com vida útil indefinida, são testados anualmente para a verificação se os valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o Grupo não possuía ativos não financeiros com vida útil indefinida.

m. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

n. Arrendamentos

O Grupo aplicou o CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019 e não identificou contratos relevantes aplicáveis a norma. O Grupo optou por não reconhecer ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo que são isentos pela norma. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamentos associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

o. Dividendos

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com o CPC 24 e o ICPC 08 (R1), apenas os dividendos mínimos obrigatórios podem ser provisionados. Já os dividendos declarados ainda não aprovados só devem ser reconhecidos como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, são mantidos no patrimônio líquido, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

p. Novas normas e interpretações adotadas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo:

Definições de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Caixa e bancos	135	4	4.361	3.284
Aplicações financeiras	22.383	6	103.599	37.154
	22.519	**10**	**107.962**	**40.438**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários de alta liquidez.

As aplicações financeiras em operações de curto prazo possuem liquidez imediata, baixo risco de crédito e remuneração equivalente a 100% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

9 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2019	**2018**
EPESA:		
Clientes faturados (i)	3.871	5.334
Clientes a faturar (ii)	11.019	10.264
Valores a receber - conta centralizadora	-	629
Mercado de Curto Prazo CCEE (iii)	7.517	44.670
Clientes diversos	64	332
ENORTE:		
Clientes faturados (iv)	112	154
EGÁS:		
Clientes diversos	-	18
	22.583	**61.401**

O saldo de contas a receber refere-se, substancialmente, à apropriação de receitas relativas aos contratos de disponibilidade de energia elétrica da EPESA e de locação dos grupos geradores da ENORTE.

A Administração da Companhia e suas controladas entendem que é desnecessária a constituição da provisão para perdas esperadas com créditos dado que não há histórico de inadimplência do contas a receber de suas investidas.

O saldo em contas a receber é representado pelos contratos de comercialização de energia elétrica CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica atrelada ao fator de disponibilidade das usinas, assinados com 30 distribuidoras por usina e atualizados anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), classificado como receita fixa e, quando da ocorrência de geração de energia, é classificada como receita variável.

O recebimento, tanto da receita fixa e da variável, ocorre em três vencimentos, cada um equivalente a um terço do valor mensal, a partir do mês do reconhecimento da receita, sendo: (a) primeiro vencimento no dia 20 do mês subseqüente; (b) segundo vencimento no dia 30 do mês subseqüente; e (c) terceiro vencimento no dia 10 do segundo mês subseqüente.

Considerando que o contas a receber possui vencimento máximo em 40 dias, a partir do faturamento, não é aplicável ajustar ao valor presente.

(i) Os valores de clientes a faturar correspondem à receita de geração por disponibilidade, que é faturada no mês subseqüente, sendo transferidos para clientes faturados, em conformidade com a regulação do setor.

(ii) Por força da escritura de emissão de debêntures (Nota Explicativa n° 17), a Companhia cedeu à totalidade da sua receita fixa mensal em garantia, recebendo mensalmente em uma conta centralizadora da Caixa Econômica Federal, e somente após a amortização dos juros, principal e constituição da conta reserva do serviço da dívida, a Companhia terá os recursos disponíveis em sua conta corrente. Além dos debenturistas, a Companhia cedeu eventual recebível oriundo da geração de energia como garantia para o fornecedor do combustível (Nota Explicativa n° 15).

(iii) Geração de energia destinada a Reserva de Potência, sendo liquidada a CVU via Mercado de Curto Prazo. Em 2017 as usinas não foram despachadas para Reserva de Potência e sim para necessidade do SIN. Essa geração em 2018 ocorreu a partir de outubro

(iv) Em 31 de dezembro de 2019 o saldo de contas a receber no montante de R$ 112 (R$ 154 em 2018) é representado pelo valor a receber referente a locação de transformadores de força a Aggreko.

10 Estoques

	Consolidado	
	2019	**2018**
Óleo diesel (i)	12.553	11.963
Lubrificantes	101	222
Peças de reposição e manutenção (ii)	7.110	7.596
Adiantamento a fornecedores de estoques	-	13.665
	19.764	**33.446**

(i) Aquisição de óleo diesel para geração, a partir de despachos do ONS.

(ii) As controladas mantêm em seus estoques peças de reposição que não espera-se utilizar por mais de um exercício e que são necessárias à recolocação em operação das máquinas e equipamentos vinculados à geração de energia, bem como para manutenção dos bens em geral. Peças de reposição somente são capitalizadas ao custo do ativo imobilizado quando há aumento da vida útil do bem.

11 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
PIS e COFINS	-	-	53	53
IRPJ e CSLL a recuperar	2.326	1.692	6.917	6.282
IRPJ e CSLL diferidos	-	-	1.084	1.088
ICMS ST a ressarcir (i)	-	-	50.858	50.858
Outros	-	-	4.520	1.934
	2.326	**1.692**	**63.432**	**60.215**
Circulante	2.326	1.692	5.006	4.314
Não circulante	-	-	58.426	55.901

(i) **Controlada EPESA**: Refere-se aos valores do ICMS - Substituição Tributária (ST) cobrados nas notas fiscais de compras de óleo diesel para produção de energia elétrica, tendo a EPESA o incentivo fiscal do diferimento desse imposto, a partir da operação de venda da distribuidora, e para os quais foi solicitado em julho de 2013 o ressarcimento à Secretaria da Fazenda de Pernambuco - SEFAZ/PE, conforme regulamento do ICMS (Decreto nº 14.876/91). Conforme regulamento do ICMS do Estado de Pernambuco, não há prazo determinado para se fazer a devolução destes valores do ICMS-ST, razão pela qual a Companhia está classificando no não circulante.

Em conformidade com a Lei nº 16.565 de 8 de outubro de 2015, a partir de 1º de outubro de 2015 as operações de compra de óleo diesel para consumo na UTE tiveram a base de cálculo do ICMS reduzida para alíquota máxima de 7%. Contudo, a BR Distribuidora questionou ao Estado de Pernambuco (SEFAZ) sobre a efetiva aplicação desta Lei e que até a presente data o Estado ainda não se manifestou e, assim sendo, a BR Distribuidora continuou emitindo notas fiscais sem considerar o efeito da referida Lei. Diante desta incerteza, foi registrado como custo de aquisição do combustível todo o ICMS destacado nas referidas notas fiscais de compra de diesel, da mesma forma antes desta Lei, até que haja manifestação pelo Estado de Pernambuco obrigando definitivamente a BR Distribuidora a efetivar a aplicação da referida Lei, quando então serão efetuadas concessões de crédito pela BR Distribuidora para compensar valores pagos a maior correspondente ao ICMS excedente a alíquota de 7% do fornecimento do óleo diesel deste período.

A Administração não tem dúvidas quanto ao direito de ressarcimento do valor perante os órgãos competentes e, considerando o histórico de sentenças favoráveis, que pode ser observado em outras empresas do setor, tem expectativa de que o valor será realizado nos próximos exercícios.

12 Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Conta reserva do serviço da dívida (i)	-	-	5.158	8.209
Dividendos a receber (ii)	2.477	1.685	2.477	1.685
Depósitos judiciais	-	-	5.968	5.333
Despesas antecipadas	-	-	1.843	741
Outros (iii)	2.341	2.230	5.809	14.330
	4.818	**3.915**	**19.847**	**30.298**
Circulante	4.599	3.915	9.677	20.230
Não circulante	220	-	11.578	10.067

(i) No consolidado, conforme descrito na Nota Explicativa n° 17, a controlada EPESA precisa manter reserva financeira equivalente ao montante de amortização de três parcelas subsequentes de principal e juros das debêntures. O valor é calculado e retido pelo agente fiduciário dos debenturistas diretamente da conta centralizadora.

(ii) O saldo de dividendos a receber corresponde a dividendos declarados da TERMOCABO.

(iii) No consolidado, refere-se substancialmente a pagamentos adiantados em 2018 para aquisição de combustível e a diversos fornecedores de peças de reposição e serviços de manutenção da controlada EPESA.

13 Investimentos

a. Composição da conta

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
EBrasil Energia Ltda. ("EBE")	753.742	579.084	-	-
EBrasil Gás e Energia S.A. (“EGAS”)	184.625	195.674	-	-
Centrais Elétrica de Pernambuco S.A. (“EPESA”)	180.348	178.902	-	-
EBrasil Norte Geração de Energia Ltda. (“ENORTE”)	12.184	13.362	-	-
Termocabo S.A. (“Termocabo”)	11.834	13.154	11.834	-
Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A. ("CELSEPAR")	-	-	842.578	648.882
Centrais Elétricas da Paraíba S.A. ("EPASA")	-	-	189.968	183.390
	1.142.733	**980.176**	**1.039.211**	**830.272**

b. Informações sobre as investidas

	Investidas diretas										Investidas indiretas				Controladora		Consolidado	
	EBE [a]		EGAS [b]		EPESA [c]		ENORTE [d]		Termocabo [e]		CELSEPAR [f]		EPASA [g]		TOTAL [a]+[b]+[c]+[d]+[e]		TOTAL [e]+[f]+[g]	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Ativo circulante	756	638	115	12.349	130.430	123.175	4.249	4.384	44.839	54.999	16.186	6.070	294.877	327.084	180.389	195.545	355.902	388.153
Ativo não circulante	844.280	649.986	184.888	183.479	66.092	65.862	8.423	10.336	26.055	26.789	1.668.994	1.290.503	470.864	502.616	1.129.738	936.452	2.165.913	1.819.908
Passivo circulante	35	-	2	13	42.913	54.839	58	37	14.422	23.198	24	6	93.513	152.168	57.430	78.087	107.959	175.372
Passivo não circulante	2.830	2.655	350	340	80.638	89.984	429	737	564	690	-	-	216.232	224.932	84.811	94.406	216.796	225.622
Patrimônio líquido	842.171	647.969	184.651	195.475	215.729	199.086	12.185	13.946	55.908	57.900	1.685.856	1.296.567	455.995	452.600	1.310.644	1.114.376	2.197.759	1.807.067
Resultado do exercício	(6.028)	(23.157)	66.331	82.428	71.379	62.421	(1.551)	(1.748)	13.962	8.362	(11.984)	(38.042)	158.838	197.482	144.093	128.306	160.816	167.802
Outros ajustes no resultado de equivalência	5.223	-	(219)	-	(10.268)	-	583	-	(620)	-	-	-	-	-	(5.301)	-	(620)	-
Percentual de participação:	89,50%	89,50%	99,99%	99,99%	83,60%	83,60%	99,99%	99,99%	24,00%	24,00%	50,00%	50,00%	41,66%	41,66%				
Resultado da equivalência patrimonial ajustada	**(5.395)**	**(20.726)**	**66.324**	**82.420**	**59.673**	**52.184**	**(1.551)**	**(1.748)**	**3.351**	**2.007**	**(5.992)**	**(19.021)**	**66.172**	**82.271**	**117.101**	**114.137**	**58.222**	**68.035**
Saldo do investimento	**753.743**	**579.084**	**184.625**	**195.674**	**180.348**	**178.902**	**12.184**	**13.362**	**11.834**	**13.154**	**842.578**	**648.284**	**184.799**	**183.390**	**1.142.733**	**980.176**	**1.039.211**	**830.272**

c. Movimentação dos investimentos

	Investidas diretas										Investidas indiretas				Controladora		Consolidado	
	EBE [a]		EGAS [b]		EPESA [c]		ENORTE [d]		Termocabo [e]		CELSEPAR [f]		EPASA [g]		TOTAL [a]+[b]+[c]+[d]+[e]		TOTAL [e]+[f]+[g]	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial em 1o. de janeiro	**579.084**	**316.632**	**195.674**	**(208)**	**178.902**	**156.300**	**13.362**	**15.292**	**13.154**	**14.737**	**648.284**	**342.063**	**183.390**	**-**	**980.176**	**502.753**	**830.272**	**356.800**
Aumento de capital	174.822	284.026	-	182.562	-	-	-	-	-	-	195.242	81.311	-	-	174.822	466.588	195.242	81.311
Transferências das ações da EPASA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	182.573	-	-	-	182.573
Transferências das ações da CELSE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	243.931	-	-	-	-	-	243.931
Equivalência patrimonial ajustada	(5.395)	(20.726)	66.324	82.420	59.673	52.184	(1.551)	(1.748)	3.351	2.007	(5.992)	(19.021)	66.172	82.271	117.101	114.137	58.222	68.035
Recebimento de dividendos	-	-	(77.147)	(69.319)	(47.959)	(39.541)	(210)	-	(3.258)	-	-	-	(64.763)	(81.454)	(128.574)	(108.860)	(68.021)	(81.454)
Outros ajustes	5.232	(848)	(219)	219	(10.266)	9.959	583	(182)	(1.413)	(3.590)	5.044	-	-	-	(783)	5.558	23.496	(20.924)
	753.743	**579.084**	**184.625**	**195.674**	**180.348**	**178.902**	**12.184**	**13.362**	**11.834**	**13.154**	**842.578**	**648.284**	**184.799**	**183.390**	**1.142.733**	**980.176**	**1.039.211**	**830.272**

14 Imobilizado (Consolidado)

a. Composição da conta

		2019			2018		
	Taxas anuais de depreciação (%)	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Total**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Total**
Máquinas e equipamentos	3,33 e 10	204.086	(93.854)	110.232	204.203	(85.143)	119.059
Construções	4	82.847	(49.176)	33.671	82.834	(45.799)	37.035
Moveis e utensílios	10	2.846	(2.252)	594	2.799	(2.073)	726
Terrenos	-	1.058	-	1.058	1.058	-	1.058
Veículos	20	1.281	(1.138)	147	1.321	(998)	323
Imobilizado em curso	-	1.842	-	1.842	2.473	-	2.473
Total		**293.960**	**(146.420)**	**147.544**	**294.688**	**(134.013)**	**160.675**

b. Movimentação do custo

	Saldo 31/12/2018	**Adições**	**Baixas**	**Saldo 31/12/2019**
Máquinas e equipamentos	204.203	215	(98)	204.086
Construções	82.834	13	-	82.847
Moveis e utensílios	2.799	50	(3)	2.846
Terrenos	1.058	-	-	1.058
Veículos	1.321	-	(40)	1.281
Obras em andamento	2.473	-	(631)	1.842
	294.688	**278**	**(772)**	**293.960**

	Saldo 31/12/2017	**Adições**	**Baixas**	**Saldo 31/12/2018**
Máquinas e equipamentos	203.985	21	-	204.202
Construções	82.826	8	-	82.834
Moveis e utensílios	2.753	46	-	2.796
Terrenos	1.058	-	-	1.058
Veículos	11.541	55	(20.275)	2.932
Obras em andamento	3.595	-	(1.122)	2.609
	305.758	**327**	**(11.397)**	**294.688**

c. Movimentação da depreciação

	Saldo em 31/12/2018	**Adições**	**Baixas**	**Saldo em 31/12/2019**
Máquinas e equipamentos	(85.145)	(8.709)	-	(93.854)
Construções	(45.799)	(3.377)	-	(49.176)
Moveis e utensílios	(2.071)	(181)	-	(2.252)
Veículos	(996)	(142)	-	(1.138)
	(134.012)	**(12.409)**	**-**	**(146.420)**

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2018
Máquinas e equipamentos	(74.779)	(10.365)	-	(85.145)
Construções	(40.835)	(4.964)	-	(45.799)
Moveis e utensílios	(1.814)	(257)	-	(2.071)
Veículos	(2.225)	(382)	1.611	(998)
	(119.653)	**(15.969)**	**1.611**	**(134.013)**

Depreciação e amortização das controladas
Foram apropriados ao resultado consolidado do exercício, despesas com depreciação e amortização no montante de R$ 12.409 em 2019 (R$ 14.358 em 2018).

Garantias das controladas
Os equipamentos, adquiridos desde o início das usinas, e o terreno das usinas da EPESA estão servindo como garantia de debêntures que financiou suas construções.

Recuperação do valor residual dos ativos da controlada EPESA
Considerando que para alguns ativos a vida útil estimada é mais longa que os contratos para a comercialização de energia (até 31 de dezembro de 2023), as alternativas para a recuperação do valor residual são, entre outras, (i) desmobilização e venda dos grupos geradores e chapas de aço no país ou no exterior; (ii) utilização dos ativos que estarão em ótimo estado de conservação devido à baixa previsão de despacho, nos novos leilões, editais e concorrências, considerando que a sua autorização pela ANEEL para operar é 35 anos; e (iii) destinação para outras atividades, como geradores reservas para indústrias, auto geração, tancagem de combustíveis de qualquer natureza etc.

Com base em sua melhor estimativa, a Companhia realizou análise de imparidade do seu ativo imobilizado e ativo diferido (Notas Explicativas 10 e 11), com base nas projeções do resultado futuro até 2023. Os fluxos de caixas futuros estimados foram descontados a uma única taxa de desconto a qual reflete o custo médio de oportunidade da Companhia (14,15% a.a.), gerando um fluxo de caixa livre que supera substancialmente o valor residual projetado para 2023. Por essa razão, a Administração entende que não existe imparidade entre os valores registrados, portanto, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras.

Recuperação do valor residual dos ativos ENORTE
Alternativas para a recuperação do valor residual da ENORTE são, entre outras, (i) desmobilização e venda dos grupos geradores e chapas de aço no País ou no exterior; (ii) utilização em futuros contratos se a Empresa vencer novos leilões, editais e concorrências para geração; e (iii) destinação para outras atividades, como geradores de reservas para indústrias, autogeração, tancagem de combustíveis de qualquer natureza.

15 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**		**2018**
Areva (i)	-	-	7.574	7.571
Transmissoras (ii)	-	-	346	192
BR Distribuidora (iii)	-	-	-	1.928
Twenty Six Trading (iv)	-	-	81	477
HDI Global Seguros	-	-	390	441
Outros	20	27	666	843
Total	**20**	**27**	**9.057**	**11.452**

(i) Em 16 de novembro de 2007, a EPESA contratou a Benco Energia Ltda. para a prestação de serviço de engenharia, gerenciamento, construção e montagem das usinas. Na execução do serviço, a Benco subcontratou em abril de 2008 a Areva Transmissão e Distribuição de Energia Ltda. para instalar os disjuntores-chave, seccionadores, para-raios, transformadores de corrente e tensão, sistema de proteção e controle e os cubículos de média tensão. A Areva emitiu notas fiscais de R$ 7.580, as quais se encontram pendentes de pagamento pela EPESA dado ao fato da Companhia ter movido ação contra a Areva por perdas e danos decorrente do atraso na entrada em operação das usinas (Nota Explicativa n° 23. Parte do valor está depositado em juízo e para o restante foi oferecida fiança bancária e penhora de bens do sócio controlador.

(ii) Tarifa paga pela controlada EPESA, mensalmente para 64 transmissoras pelo uso das redes de transmissão, conforme contratos regulados (“CUST”).

(iii) Refere-se a aquisição de óleo diesel para geração de energia em atendimento ao despacho contínuo pelo ONS adquiridos à vista, aproveitando-se de descontos financeiros.

(iv) Refere-se a aquisição de peças de reposição no exterior pela controlada EPESA.

16 Empréstimos e financiamentos

a. Composição

	Controladora e Consolidado	
	2019	**2018**
Banco Safra	6.058	30.707
Banco Santander	-	25.466
Banco ABC	-	20.118
Total	**6.058**	**76.291**

b. Modalidades e condições de negociação:

			Controladora e Consolidado	
Modalidade	**Custo captação**	**Vencimento**	**2019**	**2018**
Banco Safra	3,43% a.a.	jun/18	6.058	30.707
Banco Santander - capital de giro	2,85% a.a	fev/19	-	10.056
Banco Santander	2,65% a.a.	abr/19	-	15.410
Banco ABC - capital de giro	2,85% a.a	fev/19	-	20.118
			6.058	**76.291**

c. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora e Consolidado	
	2019	**2018**
Saldo inicial	**76.291**	**30.026**
Captações	-	90.000
Juros incorridos empréstimos e financiamentos	2.918	2.945
Pagamento de principal empréstimos e financiamentos	(70.226)	(45.017)
Pagamento de juros empréstimos e financiamentos	(2.926)	(1.663)
Saldo final	**6.058**	**76.291**

17 Debêntures

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Principal	250.000	50.000	307.000	120.154
Juros	569	1.840	1.024	2.399
	250.569	**51.840**	**308.024**	**122.553**
Circulante	56.124	11.840	69.733	25.553
Não circulante	194.444	40.000	238.291	97.000

a. Controladora

Emissão e encargos

Em 31 de janeiro de 2018 a controladora emitiu debêntures não conversíveis, com garantia real, no valor total de R$ 60.000, que foram integralmente subscritas e integralizadas pelo Banco Bradesco BBI. As debêntures são remuneradas pela DI acrescidas de 2,10% a.a.

b. Consolidado

Emissão e encargos

Em 22 de janeiro de 2009, a controlada EPESA emitiu debêntures não conversíveis, com garantia real, no valor total de R$171.000, que foram integralmente subscritas e integralizadas pelo FI-FGTS. As debêntures são remuneradas pela variação da Taxa Referencial (TR) acrescidas de 10% a.a.

Não circulante

As parcelas classificadas no não circulante apresentam o seguinte cronograma de desembolso:

	2019	**2018**
2020	-	33.154
2021	69.103	13.154
2022	68.552	13.154
2023	68.552	13.154
2024	32.084	24.384
Total	**238.291**	**97.000**

A movimentação das debêntures está demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Saldo inicial	**51.840**	**-**	**122.553**	**83.940**
Captações	250.000	60.000	250.000	60.000
Juros incorridos sobre debêntures	7.642	4.909	13.694	12.318
Pagamento de principal sobre debêntures	(50.000)	(10.000)	(63.154)	(23.154)
Pagamento de juros sobre debêntures	(8.913)	(3.069)	(15.069)	(10.551)
	250.569	**51.840**	**308.024**	**122.553**

Garantias

A EPESA e seus acionistas ofereceram no instrumento particular de escritura da emissão das debêntures as seguintes principais garantias:

- Manutenção 3x principal e juros em conta reserva do serviço da dívida;
- Alienação fiduciária de 100% das ações da Companhia;
- Penhor dos direitos emergentes das outorgas para geração de energia;
- Alienação fiduciária dos principais equipamentos das usinas, ou seja, os grupos geradores e transformadores adquiridos originalmente na implantação das usinas;
- Hipoteca do imóvel no qual estão localizadas as usinas;
- Direitos creditórios decorrentes da receita fixa dos contatos de comercialização CCEAR; e
- Receita variável dos CCEAR que exceder à parcela comprometida com a garantia constituída em benefício da fornecedora do combustível.

Em relação a 2ª emissão de debêntures realizada pela Ebrasil foram consideradas estas as principais garantias:

- Alienação fiduciária da totalidade das ações da Ebrasil Gás e Energia detidas pela emissora;
- Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios de sua titularidade decorrente da distribuição de dividendos da EPASA,, considerando que a Ebrasil Gás e Energia deve possuir pelo menos 41,66% do capital social; e
- Direito creditório referente ao contrato de conta vinculada junto ao Banco Bradesco S.A.

Cláusulas restritivas

As principais cláusulas contratuais restritivas (“Covenants”) do instrumento particular de escritura da primeira emissão privada de debêntures não conversíveis da EPESA que configuram em antecipação da dívida ou ônus para a Companhia são como seguem:

- Não alterar sem anuência o objeto social, o controle acionário, emitir novas ações, realizar reorganizações societárias ou alterar o formato societário de S.A. para Ltda.

- Manter Índice de Cobertura a Serviço da Dívida acima de 1,3x.
- Manter adimplência com tributos federais, estaduais e municipais.
- Não ter pedido de falência, recuperação judicial, pedir recuperação extrajudicial, etc.
- Não ter títulos protestados acima de R$1.000 (limite atualizado pelo IPC-A).
- Deixar de cumprir sentença judicial transitada em julgado.
- Não ter vencimentos antecipados de quaisquer dívidas.
- Não alienar ativos acima de R$1.000 (limite atualizado pelo IPC-A).

A Administração da controlada EPESA está cumprindo com todas as obrigações acima e não tem conhecimento de qualquer manifestação pelo agente fiduciário de descumprimento de obrigações contratuais que configurem em antecipação da dívida, inclusive tendo havido o cumprimento do limite mínimo do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, com a apuração de 3,26x, maior que 1,3x.

As principais cláusulas contratuais restritivas ("Covenants") do instrumento particular de escritura da segunda emissão privada de debêntures não conversíveis da EBRASIL que configuram em antecipação da dívida ou ônus para a Companhia são como seguem:

- Inadimplemento de quaisquer de suas respectivas obrigações pecuniárias referente as debêntures;
- Liquidação, dissolução, intervenção ou extinção e/ou qualquer outro evento que caracterize o estado de insolvência da Companhia;
- Decretação de falência da Companhia, das garantidoras pessoas jurídicas ou de qualquer controlada; pedido de recuperação judicial e/ou extrajudicial formulado pela Companhia; e
- Utilização dos recursos captados com a Emissão para outro propósito.

18 Impostos correntes e obrigações tributárias

	Consolidado	
	2019	**2018**
PIS/COFINS e ISS sobre receita	868	2.492
Retenções de terceiros	112	114
IRPJ e CSLL a recolher	5.129	3.280
IRRF a recolher	4	10
Outros	8	18
Total	**6.121**	**5.915**

19 Taxas regulamentares

	Consolidado	
	2019	**2018**
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	91	241
Ministério de Minas e Energia -MME	44	120
Pesquisa e Desenvolvimento -P&D	21.379	19.787
	21.514	**20.148**
Circulante	11.706	10.910
Não circulante	9.808	9.239

Conforme dispõe o art. 12 da Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, a Companhia possui a obrigação de aplicar 1% da receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios abaixo definidos pela ANEEL:

- 40% (quarenta por cento) dos recursos devem ser recolhidos mensalmente ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNCDT);
- 40% (quarenta por cento) dos recursos devem ser destinados à execução de projetos de P&D regulado pela ANEEL;
- 20% (vinte por cento) dos recursos devem ser recolhidos mensalmente ao Ministério de Minas e Energia - MME.

O saldo em aberto, atualizado mensalmente por juros SELIC, refere-se aos recursos que aguardam liberação de projetos em fase de prospecção.

Maiores detalhes dos projetos de P&D encontram-se no site www.ebrasilenergia.com.br.

20 Outras contas a pagar

	Consolidado	
	2019	**2018**
Obrigações trabalhistas e sociais	949	1.152
Encargos de transmissão	1.387	1.143
Outros (i)	191	10.631
Total	**2.527**	**12.926**

(i) Refere-se substancialmente a dividendos declarados e não pagos da controlada EPESA.

21 Provisão para contingência

EPESA

Obrigações contratuais - Regulatórias

Nos termos da Resolução Normativa ANEEL n° 310 de 29 de abril de 2008, o ONS programou testes de desempenho para o dia 21 de setembro de 2011. Os testes foram acompanhados pela ANEEL e teriam de operar nas potências nominais de 94,05 MW e 142,65 MW, respectivamente. Os testes tiveram de ser interrompidos por falhas em equipamentos de proteção, entre outros, e as usinas foram decretadas 100% indisponíveis.

A EPESA solicitou novos testes para comprovar a disponibilidade das usinas e conseguiu concluir, de forma satisfatória, os seus testes entre os dias 27 e 29 de setembro e 5 de outubro de 2011, respectivamente.

Em função dessa indisponibilidade temporária as usinas sujeitas a algumas penalidades previstas nos seus contratos comerciais CCEAR e regulação setorial. As taxas de indisponibilidade são apuradas pela ONS somente no fim do ciclo anual (todo mês de julho) e informadas para a CCEE para redução da garantia física durante os cinco anos subsequentes.

Basicamente, o cálculo foi efetuado considerando uma redução na média aritmética do índice de garantia física por cinco ciclos completos (cinco anos), conforme regulamento do setor, além das outras ordinárias à falta de lastro perante as liquidações de curto prazo na CCEE.

De acordo com a regulamentação do setor, as usinas participantes do 2º Leilão de Energia Nova em diante podem comprar energia visando a extinguir as penalidades aqui mencionadas. A Administração, considerando a perspectiva firme de comprar lastro a partir de janeiro de 2013 e pelo prazo de 60 meses, refez o cálculo da provisão constituída em dezembro de 2011, com um risco máximo de R$ 12.861, chegando a uma previsão realista de liquidação financeira (efeito caixa) para esse período de 2011 de R$ 3.435, tendo como premissa um preço médio de liquidação futura de R$ 165/MWh.

Para a indisponibilidade constatada no despacho do ONS desde outubro de 2012 até 31 de dezembro de 2012, a Companhia utilizou a mesma metodologia de cálculo para a penalidade do ano de 2011, tendo chegado a um valor de R$ 3.476, perfazendo uma provisão total de R$ 6.911.

A EPESA passou a comprar energia no mercado a partir de 2013. Em 28 de janeiro de 2014 a ANEEL revogou a cláusula 14 dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs), que determinava penalidades por falta de lastro para venda. Além disso, o prazo de 60 meses de compra do lastro findou em janeiro de 2018. Deste modo, a Administração decidiu por reverter no exercício de 2018 a provisão constituída.

Cíveis

A Companhia é parte de processo no qual a Administração, suportada pela opinião de seus consultores jurídicos, acredita que a chance de êxito seja possível devido ao resultado da audiência preliminar conciliatória, das justificativas e provas apresentadas. Considerando a sentença e acórdão já proferidos nos processos temos o que segue:

Em 2008, a Areva emitiu e protestou 24 títulos, decorrentes de fornecimento de equipamentos elétricos para a subestação das usinas da Companhia, totalizando R$ 7.580 (Nota Explicativa nº 16), que foram sustados sob a alegação de que: (i) os serviços não foram prestados; e (ii) os equipamentos não foram entregues na sua totalidade. O acionista controlador da Companhia ofereceu bens em garantia, suspendeu judicialmente a cobrança e o processo foi julgado totalmente procedente pelo juízo de primeiro grau, tendo o Tribunal em sede de Recurso de Apelação mantido a sustação dos Protestos.

A Companhia, em função da discussão travada no conjunto processual acima, iniciou tais trâmites com citado processo de indenização (contingência ativa) contra esse fornecedor, solicitando: (i) R$ 34.000, por perdas causadas à Companhia pelo atraso no comissionamento das usinas, reduzindo o seu faturamento entre janeiro e junho de 2009; e (ii) R$ 8.631 dos serviços que não foram prestados e materiais que não foram entregues e de multas e perdas financeiras que a Companhia incorreu com terceiros pelos atrasos no comissionamento das usinas causados pelo fornecedor.

Cumpre destacar que esta matéria foi vencida pela Companhia em 2 (duas) instâncias, porquanto a sua expectativa de perda é classificada como “remota”, pelos mesmos consultores

Atualmente, há prazo processual em curso para apresentação de contrarrazões pela EPESA, que após, os autos judiciais serão remetidos ao Tribunal de Justiça de Pernambuco para o julgamento do recurso interposto. o recurso de apelação foi devidamente julgado em 31/10/2019 dando parcial provimento ao apelo, mantendo a sustação dos protestos por indevidos e afastando a condenação em danos materiais. 29/01/2020 - protocolo de embargos de declaração de prequestionamento. 05/02/2020 - publicação de intimação para apresentação de contrarrazões aos embargos.

O risco máximo desse processo em andamento é de Cautelar de Sustação de Protesto de R$ 15.390 e Ação Ordinária de R$ 83.607, conforme opinião dos nossos consultores jurídicos.

Trabalhistas

A Companhia é parte passiva em 47 processos trabalhistas, que, segundo seus consultores jurídicos acreditam que a chance de perda é Provável. Dessa forma, a Companhia mantém provisão para contingência no montante de R$ 619.

ENORTE

Causas de perdas prováveis

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a Empresa possui demandas judiciais classificadas como risco de perdas prováveis por seus assessores jurídicos no montante de R$ 429.

22 Impostos diferidos

	Consolidado	
	2019	**2018**
IRPJ e CSLL diferidos (i)	26.201	19.488
Total	**26.201**	**19.488**

(i) Desde 2013 a controlada EPESA vem registrando fiscalmente a diferença de taxa de depreciação anual dos equipamentos Grupos Geradores entre o que está sendo contabilizada, com base na sua vida útil estimada, de 3,33% a.a. e a taxa permitida pela legislação do Imposto de Renda de 10% a.a. Esse fato tem provocado anualmente uma exclusão temporária desde 2013, com efeito retroativo ao ano-base de 2009, na base de cálculo do IRPJ e da CSLL, consequentemente refletindo na contabilização dos respectivos impostos diferidos, no montante de R$ 26.201 em 2019 (R$ 19.488 em 2018) no passivo não circulante, que serão revertidos depois de completar o prazo de 10 anos de vida útil desses equipamentos.

23 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 o capital social subscrito e integralizado era representado por 120.590.172 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real), pertencentes à DC Energia e Participações S.A. ("DC Energia").

a. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos ao art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2018, foi adicionado à reserva o valor de R$ 5.549, perfazendo um total de R$ 23.046.

b. Dividendos

Os lucros serão distribuídos conforme determina a Lei das S.A., ou seja, uma vez constituídas a Reserva Legal (Art. 193), Reserva de Lucros a Realizar (Art. 197) e Reserva para Retenção de Investimentos (Art. 196), os lucros deverão ser distribuídos como dividendos.

Em 2019, a Companhia pagou dividendos apurados no exercício de 2019 no valor de R$ 44.839 (R$ 102.845 em 2018), que inclui os dividendos mínimos obrigatórios de 25% no valor de R$ 25.469 relativos à distribuição do resultado do exercício de 2019 (R$ 26.360 em 2018), a ser referendada na AGO de aprovação das demonstrações financeiras do exercício de 2019, vide quadro abaixo:

	2019	**2018**
Lucro líquido	102.948	110.988
(-) Constituição da reserva legal	(1.072)	(5.550)
(=) Lucro a distribuir	101.876	105.438
(x) Percentual do dividendo minimo obrigatório	25%	25%
(=) Dividendos mínimos obrigatórios	25.469	26.360
(+) Dividendos intercalares	19.370	76.486
(=) Total dos dividendos do ano	**44.839**	**102.845**

Em função da proposição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício de 2019, restou um saldo a distribuir no valor de R$ 57.037 (R$ 2.593 em 2018) que fica mantido na conta de Reservas de Retenção de Lucros, aguardando disponibilidade de caixa para pagamento.

24 Partes relacionadas

Os principais saldos, assim como as transações que influenciaram o resultado relativas às operações com partes relacionadas, são decorrentes de contratos de mútuos e foram feitos em condições definidas entre as partes.

	2019				
	Controladora		Consolidado		
	Ativo não circulante	Passivo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
EBRASIL Energia Ltda	953	-	1.702	-	1.037
Vigus Engenharia Ltda	192	-	-	-	-
Suape Ambiental	21	-	-	-	-
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	-	-	-	-	163
EBRASIL Gás e Energia Ltda	345	199	(283)	199	350
Total	**1.510**	**199**	**1.419**	**199**	**1.550**

	2018				
	Controladora		Consolidado		
	Ativo não circulante	Passivo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
EBRASIL Energia Ltda	953	-	1.702	-	1.841
Ebrasil Norte Geraçao de Energia	308	-	-	-	-
Vigus Engenharia Ltda	184	-	-	-	-
Suape Mineração	21	-	-	-	-
DC Energia e Participações S.A.	-	308	-	308	-
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	-	-	-	-	163
EBRASIL Gás e Energia Ltda	343	199	206	199	(3)
Total	**1.810**	**507**	**1.908**	**507**	**2.002**

25 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2019	2018
Receita de aluguel e prestação de serviços	992	922
Receita de disponibilidade e geração de energia	185.672	205.749
PIS, COFINS e ISS sobre o faturamento	(17.267)	(19.117)
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	(1.669)	(1.849)
	167.728	**185.705**

EPESA

A Companhia reconheceu receitas variáveis a menor em relação a 2018, uma vez que houve menor despachos pelo ONS durante praticamente todos os meses do ano.

A receita fixa é atualizada na data-base do reajuste tarifário de cada Distribuidora de energia, respeitado o prazo mínimo legal de 12 meses e é destinada para cobrir os custos fixos e eventuais custos associados à declaração de inflexibilidade.

A parcela de receita variável corresponde ao produto do custo variável unitário pela diferença entre a energia verificada e a energia correspondente à declaração de inflexibilidade e mediante despacho do ONS.

Nas deduções da Receita incluem as contribuições sociais de PIS/COFINS à taxa de 9,25% sobre a receita bruta, apuradas mensalmente pelo sistema não cumulativo, e a parcela de P&D relativa a 1% da Receita operacional líquida de acordo com a Lei nº 9.991/2000, que objetiva incentivar a busca por inovações tecnológicas do setor elétrico nacional (Nota Explicativa nº 16)

ENORTE
A receita da controlada ENORTE corresponde a locação de equipamentos.

26 Custos dos serviços prestados

	Consolidado	
	2019	**2018**
Óleo diesel (i)	(26.771)	(52.244)
CUST	(15.000)	(14.244)
Depreciação	(12.409)	(15.352)
Amortização do diferido	(971)	(2.331)
Recomposição do sistema	(1)	-
Mão de obra direta	(5.946)	(7.107)
Serviços e outros	(4.769)	(8.209)
Sistema de contabilização e liquidação financeira CCEE	(1.320)	(1.140)
Total de custos dos serviços prestados	**(66.835)**	**(100.627)**

EPESA
(i) Óleo diesel adquirido para geração de energia de acordo com despachos do O N S, sendo o principal fator para redução a redução do despacho médio que foi de 1,68% em 2019 (3,38% em 2018), o despacho é realizado substancialmente em atendimento as demandas de geração conforme requerimento do Operador Nacional do Sistema (ONS). O custo é incorrido independentemente do despacho energia pelas usinas e é atualizado anualmente com base em regras específicas do setor de energia.

27 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Serviços contratados	(1.596)	(1.848)	(6.205)	(7.132)
Pessoal administrativo	-	-	(6.039)	(4.743)
Impostos e taxas	-	-	(714)	(617)
Depreciação	-	-	(484)	(648)
Telefonia e serviços de apoio	-	-	(50)	(73)
Outros	(289)	(549)	(3.838)	2.904
	(1.885)	**(2.397)**	**(17.330)**	**(10.309)**

28 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Consolidado	
	2019	**2018**
Custo desativação de imobilizado (i)	182	1.876
Outros	1	3
	183	**1.879**

(i) Custo de desativação do imobilizado da ENORTE na venda de equipamentos;

29 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	-	-	38	57
Juros sobre aplicações financeiras	1.790	338	5.003	2.268
Juros e rendimentos	-	3.776	893	4.247
	1.790	**4.114**	**5.934**	**6.572**
Despesas financeiras				
Juros sobre debêntures	-	-	(6.052)	(7.409)
Juros e IOF sobre empréstimos	-	-	(66)	(17)
Juros e multas pagos a fornecedores	(14.058)	(11.741)	(15.572)	(12.990)
	(14.058)	**(11.741)**	**(21.690)**	**(20.416)**
	(12.268)	**(7.627)**	**(15.759)**	**(13.844)**

30 Instrumentos financeiros

EBRASIL

A EBRASIL revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa - são classificados como de liquidez imediata e o valor contábil reflete o valor justo na data de divulgação das demonstrações financeiras.

Empréstimos - o principal propósito deste instrumento é gerar recursos para investimento em controlada indireta. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, atualizados pela taxa efetiva de juros das operações

EPESA

A EPESA revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa - são classificados como disponibilidades de caixa, e o valor contábil reflete o valor justo na data de divulgação das demonstrações financeiras;

Contas a receber de clientes - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável;

Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros e são mensurados ao custo amortizado.

Debêntures não conversíveis - são recursos para a construção das usinas e estão classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Trata-se de instrumentos financeiros com características de financiamentos de projetos de infraestrutura, com custo financeiro de TR + 10% a.a.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são como segue:

		2019		2018	
	Categoria	**Valor contábil**	**Valor de mercado**	**Valor contábil**	**Valor de mercado**
Caixa e equivalentes de caixa	Mensurado ao valor justo	85.387	85.387	27.998	27.998
Contas a receber de clientes	Mensurado ao custo amortizado	22.471	22.471	61.229	61.229
Conta reserva serviço da dívida	Mensurado ao custo amortizado	5.158	5.158	8.209	8.209
Fornecedores	Mensurado ao custo amortizado	8.984	8.984	11.422	11.422
Empréstimos bancários	Mensurado ao custo amortizado	-	-	-	-
Debêntures	Mensurado ao custo amortizado	44.808	44.808	70.713	70.713

A Administração da controlada EPESA não identificou diferença relevante entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018, bem como não possui instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e também não efetua aplicação de caráter especulativo.

ENORTE

A ENORTE revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa - são classificados como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo;

Contas a receber - Decorrem diretamente das operações da Empresa, são classificadas instrumentos financeiros mensurads ao custo amortizado , sujeitos à provisão para perdas , quando aplicável.

Fornecedores - Decorrem diretamente das operações da Empresa e são classificados como passivos financeiros e são mensurados ao custo amortizado.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são como segue:

		2019		2018	
	Categoria	**Valor contábil**	**Valor Justo**	**Valor contábil**	**Valor Justo**
Caixa e equivalentes de caixa	Mensurados ao valor justo	28.994	28.994	111	111
Contas a receber de clientes	Mensurado ao custo amortizado	112.316	112.316	154	154
Fornecedores	Mensurados ao valor justo	20	20	2	2

A Administração da controlada ENORTE não identificou diferença relevante entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018, bem como não possui instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e também não efetua aplicação de caráter especulativo.

31 Gerenciamento de riscos

A Administração realiza o gerenciamento à exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios. O principal negócio da Companhia é a disponibilidade de usinas para geração de energia termoelétrica, reguladas pela ANEEL.

A Administração possui responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento dos riscos associados aos negócios da Companhia e de suas controladas, sendo este gerenciamento realizado através do mapeamento dos riscos, definição de responsáveis, planos de ação, políticas internas formais, matrizes de aprovação e sistema de gestão integrado.

As operações da Companhia e suas controladas que estão sujeitas a fatores de risco são como segue:

Risco de liquidez - Este risco decorre de uma eventual falta de capital para fazer frente às obrigações financeiras associadas aos seus passivos financeiros. Para minimizar tais riscos a Companhia possui limites de crédito e gerencia os seus compromissos de curto e longo prazo, bem como, monitora rigorosamente o cumprimento das obrigações contratuais.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Valor contábil	**Até 6 meses**	**6-12 meses**	**1-2 anos**	**3-5 anos**	**Mais que 5 anos**
Debêntures EPESA	44.808	7.485	6.577	13.154	17.592	-
Debêntures EBRASIL	250.569	14.125	14.125	111.347	110.972	-
	295.377	21.610	20.702	124.501	128.564	-

A previsibilidade de receitas e custos, associado à margem operacional dos negócios ao longo dos contratos de comercialização, permite o gerenciamento das sobras e necessidades de caixa com grande antecedência.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta Reserva do serviço da dívida da controlada EPESA, no valor de R$ 5.158 (R$ 8.209 em 2018) é mantido como garantia para amortização de três parcelas consecutivas (principal e juros) do saldo em aberto das debêntures (Nota Explicativa nº 11).

Risco taxa de juros - Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos empréstimos e debêntures.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia e suas controladas é:

	2019	
	Controladora	**Consolidado**
Instrumentos financeiros basicamente pré-fixados		
Debêntures (10% a.a.)	250.569	308.024
Juros basicamente pós-fixados	-	-
Sanco Safra	6.058	6.058

Risco de taxa de câmbio - A Companhia e suas controladas não possuem operação envolvendo instrumento financeiro.

Risco de crédito - O risco surge da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 está representado pelo saldo consolidado de contas a receber de clientes no montante de R$ 22.583 (R$ 61.401 em 2018). Este risco é avaliado como baixo. O risco de inadimplência no recebimento das receitas é considerado baixo, já que há uma forte estrutura de garantia de pagamento e os serviços prestados são bem regulados por órgãos reguladores (ANEEL, ONS, etc.) e de grande interesse público.

Risco de aceleração de dívidas - A Companhia e sua controlada EPESA possuem debêntures contendo cláusulas restritivas ("*covenants*"), relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, manutenção de conta reserva e outros, os quais podem configurar a antecipação do pagamento da dívida.

Essas cláusulas são monitoradas pela Companhia e suas controladas e, quando aplicável, negociadas com o agente fiduciário, não limitando a capacidade de condução do curso normal das operações.

Risco de gerenciamento de capital - A política da Companhia e suas controladas prevê a aplicação de recursos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. Todas as movimentações bancárias são aprovadas por dois procuradores que sejam de áreas distintas, administrativa ou operacional.

Risco matéria prima - É o risco de a EPESA não dispor em tempo oportuno o combustível necessário para a entrada em operação a partir de despacho da ONS. O contrato de suprimento de combustível celebrado com a BR Distribuidora prevê a entrega nas usinas, frete FOB (responsabilidade do emitente), por preço prefixado e atualizado com base na Portaria MME nº 112/2006. O prazo desse contrato é o mesmo dos contratos de comercialização das usinas, ou seja, até 31 de dezembro de 2023. Esse contrato determina que as ordens de compra para fornecimento de combustível deverão ser emitidas com antecedência de cinco dias a contar do dia seguinte do pedido. O contrato prevê ainda o pagamento de uma indenização quando o fornecedor não entregar a quantidade necessária para as usinas atenderem ao despacho. Essa cláusula de indenização está sendo renovada periodicamente, conforme Termo de Compromisso por Prazo Determinado, assinado entre ANEEL e BR Distribuidora em 17 de abril de 2009. Este contrato determina que as ordens de compra para fornecimento de combustível deverão ser emitidas com antecedência de 5 dias a contar do dia seguinte do pedido. O contrato prevê ainda o pagamento de uma indenização quando o fornecedor não entregar a quantidade necessária para as usinas atender ao despacho. Esta cláusula de indenização está sendo renovada periodicamente, conforme Termo de Compromisso por Prazo Determinado, assinado entre ANEEL e BR Distribuidora em 17 de abril de 2009.

Sendo assim, a EPESA possui capacidade de tancagem suficiente para armazenar combustível por cinco dias de geração. Já que o diesel é altamente perecível nas condições climáticas das usinas, a Companhia gerencia este risco através da manutenção de um estoque mínimo de segurança, do acompanhamento do nível dos reservatórios e da lista das usinas termelétricas que estão sendo despachadas dentro da ordem de despacho por mérito e também através de um contato permanente com a BR Distribuidora.

32 Eventos subsequentes

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Empresa e de seus investimentos, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, a Administração devido ao tipo de negócio dos seus investimentos entende que não existem impactos nas demonstrações financeiras.

* * *

Diretoria

Dionon Lustosa Cantareli Junior
Diretor Presidente

Carlos Wilson S. Ribeiro
Diretor Financeiro

Kátia Cilene de Oliveira Jucá e Lima
Diretora de Controladoria

Richard Kehrer Kovacs
Diretor de Novos Negócios e Planejamento

Mayara Peixoto Quintino Martorelli
Contadora - CRCPE 021.099/O-5